

Perspectivas de reforma educacional nos periódicos da área da Educação no Brasil

Perspectivas de reforma educativa en revistas del área de la Educación en Brasil

Perspectives of educational reform in journals in the area of Education in Brazil

Roberta Freire Bastos *

 <https://orcid.org/0000-0003-4497-8206>

Eliza Bartolozzi Ferreira **

 <https://orcid.org/0000-0002-4100-9875>

Resumo: Este artigo consiste em uma metapesquisa sobre reformas educacionais. Analisa-se, assim, uma pesquisa sobre pesquisas com o referido tema no interior do campo da Política Educacional no Brasil. As discussões sobre a reforma educacional evidenciadas decorrem de uma tese de Doutorado em Educação, cuja finalidade principal foi investigar as epistemologias aplicadas no estudo da reforma educacional a partir do Enfoque das Epistemologias da Política Educacional. A pesquisa utilizou como principais indicadores: a quantidade de publicações por periódico; o ano de publicação; a procedência institucional e o local dos autores dos artigos; o tipo de vínculo institucional; a tematização; o tipo de pesquisa e sua abrangência; o contexto de análise; as perspectivas epistemológicas; os autores referência e conceitos principais. Os dados empíricos derivam de artigos científicos Qualis A (Educação), dos quais foram apreendidas as múltiplas perspectivas teórico-epistemológicas escolhidas pelos pesquisadores na investigação da reforma educacional. As análises revelam a prevalência de um pluralismo metodológico ou uma teorização combinada na investigação da reforma educacional, com expressiva recorrência do uso de teorias classificadas como marxistas ou neomarxistas.

Palavras-chave: Reforma educacional. Metapesquisa. Epistemologias.

Resumen: Este artículo consiste en una meta-investigación sobre reformas educativas. Así, se analiza una investigación sobre investigaciones con el referido tema en el interior del campo de la Política Educativa en Brasil. Las discusiones sobre la reforma educativa evidenciadas parten de una tesis de Doctorado en Educación cuya finalidad principal fue investigar las epistemologías aplicadas en el estudio de la reforma

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Pedagoga na Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo (SEDU/ES) e na Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). *E-mail:* <bastosrobertafreire@gmail.com>.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-doutoramento na *École Normale Supérieure de Lyon*/França. Professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). *E-mail:* <eliza.bartolozzi@gmail.com>.

educativa a partir del Enfoque de las Epistemologías de la Política Educativa. La investigación utilizó como principales indicadores: la cantidad de publicaciones por revista; el año de publicación; la procedencia institucional y el local de los autores de los artículos; el tipo de vínculo institucional; la tematización; el tipo de investigación y su alcance; el contexto de análisis; las perspectivas epistemológicas; los autores referencia y los conceptos principales. Los datos empíricos derivan de artículos científicos Qualis A (Educación), de los cuales fueron aprehendidas las múltiples perspectivas teórico-epistemológicas elegidas por los investigadores en la investigación de la reforma educativa. Los análisis revelan la prevalencia de un pluralismo metodológico o una teorización combinada en la investigación de la reforma educativa, con una expresiva recurrencia del uso de teorías clasificadas como marxistas o neomarxistas.

Palabras clave: Reforma educativa. Meta-investigación. Epistemologías.

Abstract: This article consists of a meta-research on educational reforms. Thus, a research on research on the aforementioned theme within the field of Educational Policy in Brazil is analyzed. The highlighted discussions on educational reform stem from a Doctoral dissertation in Education, whose main purpose was to investigate the epistemologies applied in the study of educational reform from the Epistemological Approach of Education Policy. The research used as main indicators: the number of publications per journal; the year of publication; the institutional origin and location of the authors of the articles; the type of institutional link; thematization; the type of research and its scope; the analysis context; the epistemological perspectives; the reference authors and main concepts. Empirical data derive from scientific articles *Qualis* A (Education), from which the multiple theoretical-epistemological perspectives chosen by researchers in the investigation of educational reform were apprehended. The analyzes reveal the prevalence of a methodological pluralism or a combined theorization in the investigation of educational reform, with a significant recurrence of the use of theories classified as Marxist or neo-Marxist.

Keywords: Educational reform. Meta-research. Epistemologies.

Introdução

Este artigo objetiva apresentar uma metapesquisa sobre reforma no campo da política educacional e integra uma pesquisa mais ampla (Bastos, 2021)¹. Com este estudo, pretendemos conhecer o comportamento do campo da Política Educacional no Brasil quando pesquisa a reforma educacional, nas produções bibliográficas do período de 2000-2017. Partimos do pressuposto de que há uma heterogeneidade de posicionamentos investigativos concernentes a esse campo científico no estudo do tema. Nesse sentido, a compreensão desse comportamento necessita de uma técnica investigativa que apreenda quantitativa e qualitativamente as escolhas teórico-metodológicas feitas pelos estudiosos da reforma. Elegemos como técnica metodológica a metapesquisa, cuja finalidade é realizar uma pesquisa sobre pesquisas, cuja inspiração foi o Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE) (Mainardes, 2021; Tello; Mainardes, 2015) no exercício da vigilância epistemológica (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 1999). Segundo Mainardes (2018, p. 9):

Com base nos conceitos de reflexividade e de vigilância epistemológica, considera-se que a explicitação da perspectiva teórico-epistemológica pode aumentar a consistência da pesquisa, a coerência entre teoria e análise de dados e conclusões e o rigor na pesquisa. No entanto, a explicitação por si só não garante que os elementos da pesquisa estejam alinhados e coerentes e que o pesquisador efetivamente opere satisfatoriamente com o referencial adotado.

O *corpus* de pesquisa corresponde a quatro periódicos científicos vinculados a associações científicas educacionais, a saber: Cadernos Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e revista Educação & Sociedade, vinculados ao CEDES; Revista Brasileira de Educação (RBE),

¹ Trata-se da tese de Doutorado em Educação intitulada *Reforma educacional nas pesquisas do campo da Política Educacional no Brasil (2000-2017)* (Bastos, 2021), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

vinculada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); e a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE), vinculada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). A vinculação às associações científicas do campo da Política Educacional como critério para a escolha dos periódicos se deu em virtude da relevância das instituições na constituição, na manutenção e na expansão de um campo científico (Bourdieu, 2004). Outro parâmetro de seleção foi a avaliação da Capes (classificação de periódicos Qualis A em Educação) no período investigado (2000 a 2017).

Os indicadores bibliométricos que elegemos foram: quantidade de trabalhos por periódicos; ano de publicação dos artigos; procedência institucional e local dos autores desses artigos; tipo de mantenedor dos vínculos institucionais dos autores; tematização discutida nos textos; tipo de pesquisa; abrangência das pesquisas; contexto de análise das reformas; perspectivas epistemológicas empregadas nos textos; autores-referência e principais conceitos utilizados.

Os dados quantitativos também serão apresentados a partir do recurso visual *Dashboard*, criado com a ferramenta gratuita *Google Data Studio*, e sistematizados em gráficos, imagens e em tabelas, conforme a característica da informação e a maneira visualmente mais adequada de apresentá-la. Discorreremos, também, sobre a quantidade de artigos publicados em cada revista e a quantidade de textos que fizeram parte ou não de um dossiê ou edição especial.

Análise a partir do Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE)

Os primeiros indicadores analisados serão: quantidade de artigos por periódico, ano de publicação dos artigos, participação em edição especial/dossiê e região do vínculo institucional dos autores. O periódico com maior número de publicações foi a revista Educação & Sociedade com 22 artigos. Em seguida, a RBE e a RBPAAE tiveram três publicações cada uma, e a Cadernos CEDES teve uma publicação, totalizando 29 artigos, dos quais sete compuseram dossiês/edições especiais publicados pela Educação & Sociedade.

Essas edições especiais/esses dossiês foram publicados nos seguintes anos e com os respectivos temas: 2004 (três artigos sobre reforma do Ensino Superior); 2006 (dois artigos também sobre a reforma do Ensino Superior); e 2017 (dois artigos sobre a reforma do Ensino Médio e/ou Educação Profissional). Adiante, trataremos com mais detalhes sobre os temas das pesquisas; contudo, importa ressaltarmos que, nos dois dossiês, a reforma do Ensino Superior foi analisada em diferentes contextos (desde a década de 1960 até à década de 2000).

Em relação ao dossiê sobre a reforma do Ensino Médio, lançado em 2017, a discussão foi em torno da Medida Provisória nº 746, lançada no ano de 2016, em 22 de setembro (Brasil, 2016) e que deu origem à Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), comumente chamada de reforma do Ensino Médio. Salientamos ainda que, nesse dossiê, a reforma foi reconhecida por algumas autorias como contrarreforma, em consonância com as perspectivas marxista e neomarxista que, do ponto de vista adotado neste texto, aponta para um posicionamento iluminista da reforma que a enxerga como mudança e progresso.

Quanto ao período de publicação dos artigos, destacamos o ano de 2009 como aquele em que houve maior quantidade de publicações, quatro artigos – cada um com um foco temático diferente: “Estrutura, organização, gestão educacional”; “Instrução/ensino”; “Trabalho docente”; e “Ensino superior”, mas todos publicados pela revista Educação & Sociedade. Ressaltamos que, no ano de 2004, houve publicação de edição especial/dossiê sobre Ensino Superior e que, na década de 2010, o termo “reforma educacional” esteve em menor evidência nos periódicos selecionados do que na década de 2000.

Em relação à localização institucional dos autores, identificamos as regiões que se encontram as instituições das quais essas autorias fazem parte. Destacamos que há casos em que um artigo possui múltiplas autorias (duas ou mais); assim sendo, a quantidade de regiões e de unidades federativas em que estão localizadas as instituições das quais os autores fazem parte não correspondem, necessariamente, à quantidade de artigos (29 textos). Há, portanto, 29 artigos e 38 autorias, havendo textos com dois, três ou mais autores.

A região com maior representatividade institucional foi a Sudeste, pois 19 autores estão vinculados a instituições localizadas nessa região, e nenhum dos autores possuía vínculo com instituições localizadas na região Norte. A instituição que teve a maior quantidade de autores vinculados foi a Universidade Federal de Goiás (UFG), com seis autorias vinculadas. Em seguida, destacamos a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade de Brasília (UnB), ambas com três autorias vinculadas cada uma.

Ao total, 25 instituições foram apresentadas como vínculo pelos autores, das quais 18 foram mencionadas apenas uma vez. Conforme destacamos anteriormente, as instituições de vínculo de autores dos artigos estão localizadas, majoritariamente, na região Sudeste, seguida da região Centro-Oeste. A quantidade de vínculos dos autores não significa que sejam instituições distintas entre si, pois, no caso de Goiás, por exemplo, os seis vínculos eram com a UFG. Já no caso de Brasília, os vínculos foram mais diversificados (três com a UnB; um com a Universidade Católica de Brasília – UCB; e um com a Secretaria de Gestão Participativa/Ministério da Saúde). Nas Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 estão representados: ano de publicação/quantidade; relação publicação/periódico; região do vínculo institucional dos autores/quantidade; edição especial ou dossiê/quantidade; e vínculo institucional/quantidade.

Tabela 1 – Quantitativo de artigos sobre reforma educacional em periódicos brasileiros (2009-2013)

Ano	Publicações
2009	4
2006	3
2001	3
2004	3
2008	2
2010	2
2017	2
2005	2
2000	2
2002	2
2007	1
2016	1
2011	1
2013	1
TOTAL	29

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Tabela 2 – Periódicos nos quais os artigos sobre reforma educacional foram publicados

Periódico	Quantidade
Educação & Sociedade	22
RBE	3
RBPAE	3
Cadernos CEDES	1
Total	29

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Tabela 3 – Regiões do vínculo institucional dos autores

Região	Quantidade
Sudeste	19
Centro-Oeste	11
Sul	6
Nordeste	2
Total	38

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Tabela 4 – Quantidade de artigos publicados em dossiês e em fluxo contínuo

Dossiê	Quantidade
Não	22
Sim	7
Total	29

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Tabela 5 – Vínculo institucional dos autores dos artigos

Vínculo institucional	Quantidade
Universidade Federal de Goiás (UFG)	6
Universidade de Brasília (UnB)	3
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	3
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	2
Universidade de São Paulo (USP)	2
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	2
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1
Fundação Universitária do Rio Grande (FURG)	1
Secretaria de Gestão Administrativa/Ministério da Saúde	1
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	1
Universidade Católica de Brasília (UCB)	1
Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)	1
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1
Centro Universitário do Triângulo (Unitri)	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1
Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro (UniverCidade)	1
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1
Fundação Carlos Chagas (UFF)	1
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	1

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

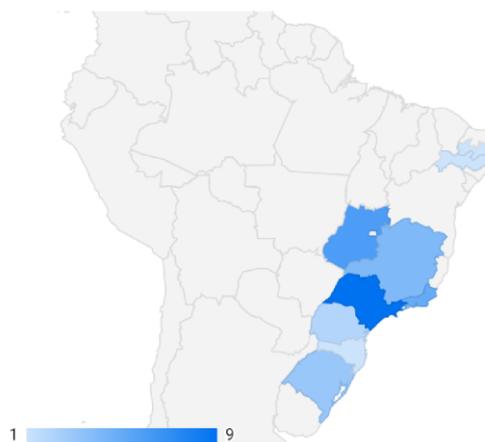
As unidades federativas que contaram com maior número de instituições em suas localidades ficam na região Sudeste (Tabela 6), conforme destacado anteriormente. As unidades federativas localizadas na região Sul foram Rio Grande do Sul (três vínculos), Paraná (dois vínculos) e Santa Catarina (um vínculo). Com menos recorrência, apareceram as instituições localizadas no Nordeste, nas unidades federativas da Paraíba e de Pernambuco (um vínculo em cada uma). A distribuição das instituições por unidade federativa está representada na Figura 1 que revela a concentração da produção nas regiões que possuem um maior número de Programas de Pós-Graduação.

Tabela 6 – Unidade Federativa dos vínculos dos autores

Unidade Federativa	Quantidade
São Paulo	9
Santa Catarina	1
Rio de Janeiro	5
Rio Grande do Sul	3
Pernambuco	1
Paraíba	1
Paraná	2
Minas Gerais	5
Goiás	6
Brasília	5
Total	38

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

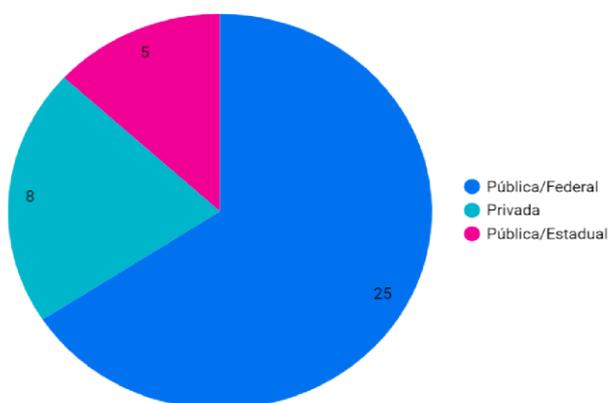
Figura 1 – Concentração das produções nas regiões



Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Das 38 instituições relacionadas, 25 são mantidas pelo Poder Público/Federal. Também outras cinco instituições estiveram representadas pelo Poder Público, porém com manutenção Estadual. As demais instituições (oito de 38) são mantidas pela iniciativa privada. Em conformidade com o Gráfico 1, as instituições de vínculo dos autores mantidas pelo Poder Público (Federal e Estadual) totalizaram 30 das 38.

Gráfico 1 – Tipo de mantenedor institucional dos autores

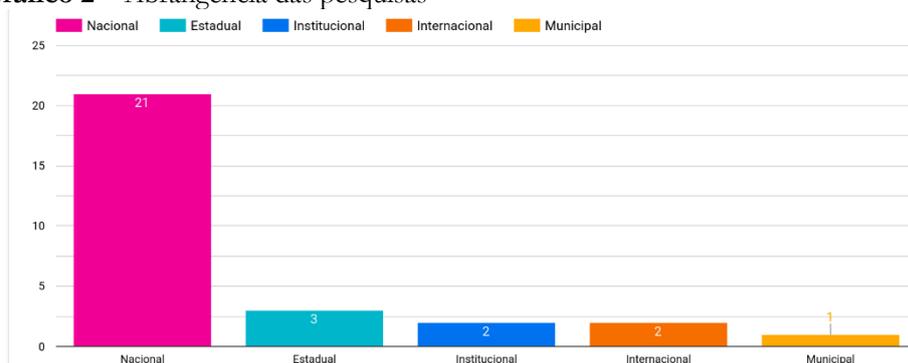


Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Sobre a abrangência das pesquisas, destacamos que, dos 29 artigos que fazem parte da nossa amostra, 21 investigaram a reforma educacional em âmbito nacional. As pesquisas com abrangência nacional foram predominantemente do tipo documental, procedimento de pesquisa utilizado em 17 dos 21 artigos, predominando, em dez artigos, a análise documental, e, em sete artigos, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental.

As reformas educacionais desenvolvidas no âmbito estadual foram objeto de pesquisa em três artigos, duas pesquisas do tipo empíricas e uma do tipo documental. Já a abrangência institucional caracterizou dois artigos, nos quais foram realizadas pesquisas empíricas. Apenas um artigo investigou a reforma educacional em contexto internacional, com a utilização de pesquisa bibliográfica e documental. Por último, um município foi *locus* de uma pesquisa (do tipo empírica), de acordo com a representação no Gráfico 2.

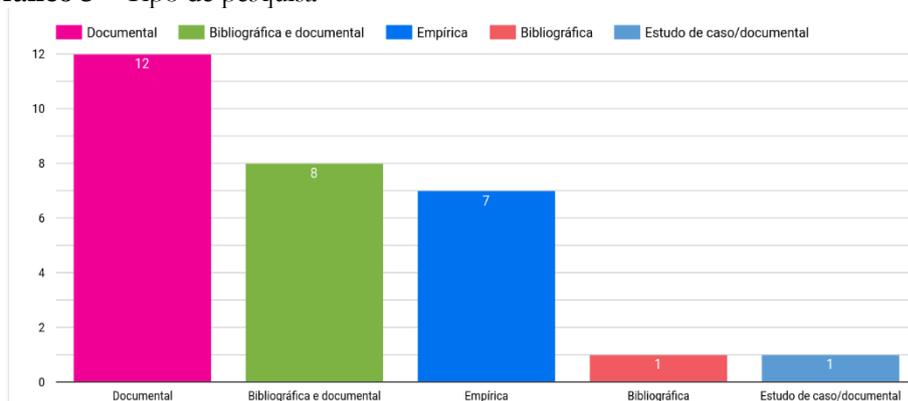
Gráfico 2 – Abrangência das pesquisas



Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

No que concerne ao tipo de pesquisa, 12 artigos foram do tipo documental, oito do tipo bibliográfica e documental e sete do tipo empírica. As pesquisas denominadas do tipo empíricas utilizaram mais de um procedimento para produção de dados, mas pelo menos um deles pressupunha interlocução com sujeitos. Os procedimentos utilizados nesse tipo de pesquisa foram: análise documental, entrevistas, depoimentos e questionários. Apenas uma pesquisa foi classificada por sua autoria como estudo de caso. Tratou-se de um estudo de caso de natureza documental. Em um dos artigos, a pesquisa do tipo bibliográfica foi o único procedimento utilizado, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Tipo de pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Os artigos que analisamos discutem reformas educacionais desenvolvidas desde o século XVIII (como a Reforma Pombalina) até a década de 2010 – no caso, a reforma mais recente analisada foi a Reforma do Ensino Médio (à época Medida Provisória nº 746/2016). As reformas

educacionais em foco nos artigos ocorreram, principalmente, nas décadas de 1990 e de 2000. A década de 1990 foi palco de muitas reformas, o que gerou muitos estudos no campo da Política Educacional. O levantamento aqui feito demonstra essa relevância, pois esse período de análise foi destaque em nove dos 29 artigos, como expõe a Tabela 7.

Tabela 7 – Contexto de análise das reformas

Contexto de análise da reforma	Quantidade
Década de 1990	9
Década de 2000	8
Década de 1960	2
Décadas de 1990 e 2000	2
Décadas de 1980 e 1990	2
Década de 2010	2
Década de 1910	1
Décadas de 1990, 2000 e 2010	1
A partir do século XIX	1
Século XVIII	1

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Ao discutir as origens históricas e políticas do termo “reforma”, chegamos à compreensão de que esse é um termo que varia de acordo com a posição que ocupa e, desse modo, quando se refere ao seu emprego na área da Educação, também há inúmeras formas de denominar a reforma. Realizamos um mapeamento das maneiras como a reforma é denominada nos artigos. Na análise que segue, articulamos a nomenclatura de reforma com a perspectiva epistemológica e o tema pesquisado nos artigos, pois compreendemos que, para entender como a reforma está sendo “chamada”, é indispensável saber como e o que está sendo investigado, bem como a partir de quais referenciais.

A nomenclatura mais utilizada foi “Reforma educacional”. Esse termo esteve presente em 11 artigos, com as seguintes perspectivas epistemológicas: análise relacional (um artigo sobre “Formação docente”); pós-estruturalismo (um artigo sobre “estrutura, organização, gestão educacional” e um artigo sobre “trabalho docente”); e teorização combinada (oito artigos – um sobre “Ensino Superior”; um sobre “Instrução/ensino”, dois sobre “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”; e quatro sobre “Estrutura, organização, gestão educacional”).

O termo “Reforma da educação” foi utilizado em quatro artigos com as seguintes perspectivas epistemológicas e temáticas: análise relacional (um artigo sobre “Formação docente”) e teorização combinada (três artigos, dois sobre “Ensino Superior” e um sobre “Estrutura, organização, gestão educacional”). Também presente em quatro artigos foi identificado o termo “Reforma educativa”. Com o uso da teorização combinada, esses textos se dedicaram a pesquisar “Instrução/ensino” (um artigo); “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” (um artigo); e “Estrutura, organização, gestão educacional” (dois artigos). “Reforma do ensino” foi mencionado em três artigos, todos com uso de teorização combinada e investigação dos seguintes temas: “Instrução/ensino” e “Ensino Superior”.

Em síntese, identificamos nos artigos as seguintes perspectivas epistemológicas: teorização combinada, neomarxismo e análise institucional. Essas abordagens foram empregadas em artigos que discutiram: estrutura, organização, gestão educacional; Ensino Médio e/ou Educação Profissional; e Ensino Superior. Nesses artigos, a noção de reforma educacional foi concebida como: reforma na educação, reformulação e contrarreforma. Essas informações apontam para as principais tendências do campo da política educacional quando estuda reforma na amostra das publicações do período de 2000-2017. Alguns aspectos foram constatados, a saber: a prática de um campo que faz uso de concepções diversas de um fenômeno político que afeta a educação brasileira

como um todo, com predomínio da visão progressista imanente à noção de reforma. Mais que isso, vale sublinharmos a forte presença da estratégia da teorização combinada nos trabalhos analisados. Isso indica, conforme lembra Mainardes (2018), que a perspectiva epistemológica pluralista tem sido bastante empregada nas pesquisas do campo da política educacional, não obstante esse debate ainda ser raro nas publicações do campo.

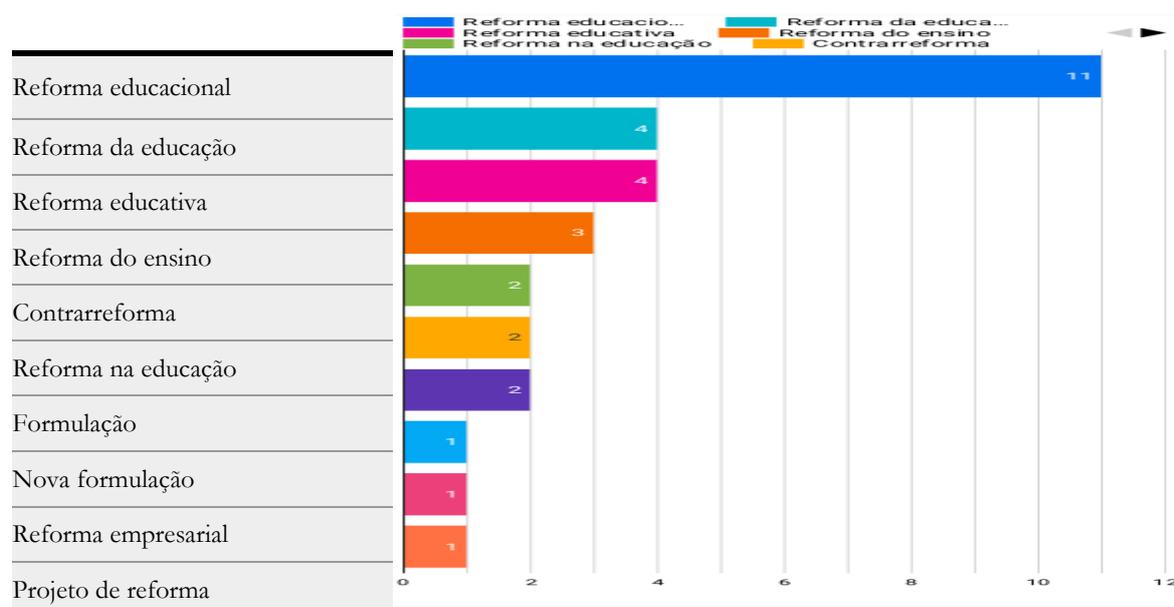
Por fim, elencamos algumas nomenclaturas que não apareceram com recorrência, pois foram citadas apenas uma vez, porém possuem relevância no mapeamento realizado e na investigação da reforma como objeto de estudo no campo da Política Educacional (Tabela 8). Esses termos podem ser visualizados no Gráfico 4: Reforma das instituições; Projeto de reforma; Nova formulação; Reforma da instrução pública; Reforma no campo da educação; Reforma dos estudos; e Reforma no sistema educacional.

Tabela 8 – Nomenclaturas de reforma da educação

Nomenclaturas	Quantidade
Reforma educacional	11
Reforma da educação	4
Reforma educativa	4
Reforma do ensino	3
Contrarreforma	2
Reforma na educação	2
Reformulação	2
Reforma no sistema educacional	1
Reforma dos estudos	1
Nova formulação	1
Reformismo curricular	1
Reforma da instrução pública	1
Reforma no campo educacional	1
Reforma empresarial	1
Projeto de reforma	1
Reforma das instituições	1

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Gráfico 4 – Nomenclaturas/termos utilizados para denominar a reforma



Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

A tematização dos artigos refere-se ao assunto central discutido em cada texto ou sobre o que trata a reforma educacional em questão. Esse é um procedimento analítico que exige aproximações e distanciamentos e que pode sinalizar as principais tendências de pesquisa no campo acadêmico da Política Educacional no período definido como foco da metapesquisa, além de contribuir para a compreensão do comportamento histórico e político da produção acadêmica no referido período.

A tematização dos artigos teve início com a leitura dos textos e a identificação do objeto de pesquisa de cada trabalho para compreendermos qual era o objeto da reforma. Na primeira tentativa de agrupamento, selecionamos os textos a partir da etapa do ensino explicitamente definida (no título e/ou no resumo). Em seguida, fizemos aproximações entre artigos que discutiam reformas na mesma etapa do ensino (Ensino Médio e Ensino Superior, principalmente).

A partir das aproximações entre textos que discutiram reformas educacionais na mesma etapa do ensino, fizemos os distanciamentos necessários, de acordo com o objeto central do texto. Por exemplo, em um dos artigos, a reforma educacional em questão era na Educação Básica, mas o objeto de análise do texto foi a intensificação e a autointensificação do trabalho docente, por isso o texto foi classificado na temática do trabalho docente e não na temática da Educação Básica.

O exemplo anterior demonstra que, em uma parte significativa dos textos, o objeto da reforma pesquisada não foi uma etapa do ensino, mas, sim, as condições de trabalho dos docentes que vivenciaram tal reforma ou a organização/gestão da educação, como na análise dos reflexos da reforma de Estado na Educação e a configuração do pacto federativo brasileiro e seus impactos em propostas de reforma educacional.

Os textos que abordaram os mecanismos de gestão, administração e regulação que fizeram parte da reforma educacional como a política (no caso da reforma do Aparelho do Estado desenvolvida na década de 1990) ou suas características, como a descentralização e o protagonismo da avaliação (docente, discente e institucional) foram classificados no tema: “Estrutura, organização e gestão educacional”. Outro assunto muito abrangente, que não foi classificado em nenhuma etapa

do ensino, foi a profissão docente, que dividimos em dois temas: “Trabalho docente” (sobre as condições, precarização e intensificação) e “Formação docente”.

Não foram identificados artigos que investigaram reformas na Educação Básica, especificamente no Ensino Fundamental. Os artigos que investigaram reforma da instrução/ensino de maneira generalizada – sem especificar a etapa da educação – ocorreram duas vezes. Publicados nos anos de 2009 e 2010, esses textos focalizaram a Reforma Rivadavia e a Reforma Pombalina.

Dos doze artigos com o tema “Ensino Superior”, dois textos tratam da subtemática “Currículo no Ensino Superior”, ou seja, reforma curricular nos cursos de Graduação. Contudo, eles foram agrupados na temática “Ensino Superior” por tratarem de reformas curriculares nessa etapa do ensino. No que tange ao Ensino Superior, também foram abordadas subtemáticas como “financiamento”, “privatização” e “mercantilização do conhecimento”.

Ressaltamos, novamente, que três dos artigos publicados no ano de 2004 sobre reforma no Ensino Superior fizeram parte de edição especial/dossiê sobre Ensino Superior. E, dos três artigos publicados em 2006, dois compuseram edição especial/dossiê sobre reforma do Ensino Superior. O tema “Ensino Superior”, que obteve a maior quantidade de textos da amostra (12 artigos), foi pesquisado em diferentes contextos (décadas de 1960, de 1990 e de 2000).

Os seis artigos com o tema “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” foram divididos em três subcategorias. Na primeira subcategoria, estão os artigos que investigaram apenas ou prioritariamente a reforma da Educação Profissional (um artigo). Na segunda subcategoria, incluímos os artigos que centralizaram a pesquisa na reforma do Ensino Médio. Essa subcategoria predominou com cinco artigos, que discutiram a reforma do Ensino Médio nos contextos das décadas de 1990, 2000 e 2010. E, na terceira subcategoria, Ensino Médio e Educação Profissional, estão os artigos que pesquisaram Ensino Médio integrado à Educação Profissional – não foram encontrados artigos nessa subcategoria.

A segunda categoria mais expressiva foi “Estrutura, organização, gestão educacional”. Foram sete artigos, distribuídos nos anos de 2001 (dois artigos) e nos anos de 2002, 2006, 2009, 2010 e 2016 (um artigo por ano). De modo mais específico, esses artigos problematizaram questões como descentralização das políticas educacionais na década de 1990; reforma do Estado e gestão educacional; federalismo e relações intergovernamentais; reforma empresarial na educação; e autonomia escolar.

Por fim, os temas “Trabalho docente” e “Formação docente” foram centrais em dois artigos, um sobre cada temática. O artigo sobre trabalho docente discutiu a intensificação e a autointensificação do trabalho docente, em decorrência da reforma educacional das décadas de 1980 e 1990, em um município do Acre. Os dados debatidos nesse texto – os depoimentos de natureza biográfica – foram produzidos durante uma pesquisa de Mestrado. Já o artigo sobre a formação docente teve abrangência internacional e debateu a formação docente nos Estados Unidos no contexto da reforma educacional marcada por uma aliança conservadora. Na Tabela 9, estão sistematizados os dados sobre a quantidade de artigos por tema e por ano de publicação.

Tabela 9 – Tematização/temporalidade/quantidade de artigos

Tematização	2000	2001	2002	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2016	2017	Total
Ensino Médio e/ou Educação Profissional	2				1						1			2	6
Ensino Superior		1	1	3	1	2	1	1	1			1			12
Estrutura, organização, gestão educacional		2	1			1			1	1			1		7
Formação docente								1							1
Instrução/ensino									1	1					2
Trabalho docente									1						1
Total/Ano	2	3	2	3	2	3	1	2	4	2	1	1	1	2	29

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

A identificação e a classificação das perspectivas epistemológicas são dois dos passos mais complexos da metapesquisa. Para auxiliar nesse processo de análise e de categorização, recorremos a estudos que discutiram fundamentos das epistemologias em educação (Charlot, 2006, 2010; Saviani; 2016). Vale ressaltarmos que a identificação das perspectivas epistemológicas demanda um grande esforço do/a pesquisador/a, pois, conforme já observamos, a Educação e, conseqüentemente, o campo acadêmico da Política Educacional contam com contribuições de diversos campos do conhecimento (História, Sociologia, Economia, Psicologia, Filosofia, Direito, Economia, Administração), e essas perspectivas nem sempre estão apresentadas de modo explícito e/ou coerente, o que requer uma variedade de conhecimentos, articulações e reflexões.

O campo acadêmico da Política Educacional possui objetos de investigação próprios (financiamento, avaliação, planejamento, trabalho docente, privatização etc.), incluindo o nosso objeto, que é a reforma educacional. Nesse exercício de analisar a reforma – um fenômeno concernente a um campo científico e recorrente em diferentes contextos políticos e históricos –, os pesquisadores do campo utilizam referências das mais variadas, de modo integrado ou não.

Em textos de espaço limitado como os artigos científicos, a perspectiva epistemológica utilizada é menos explicitada. Para evidenciarmos tais perspectivas, realizamos um mapeamento dos autores mais citados em cada texto, o que orientou nossa classificação epistemológica, sobretudo nas pesquisas em que as autorias não explicitam a perspectiva empregada. Partindo das referências principais de cada artigo, identificamos, em um texto, a perspectiva marxista, declarada pelo autor, que debateu sobre a reforma educacional com o tema “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”.

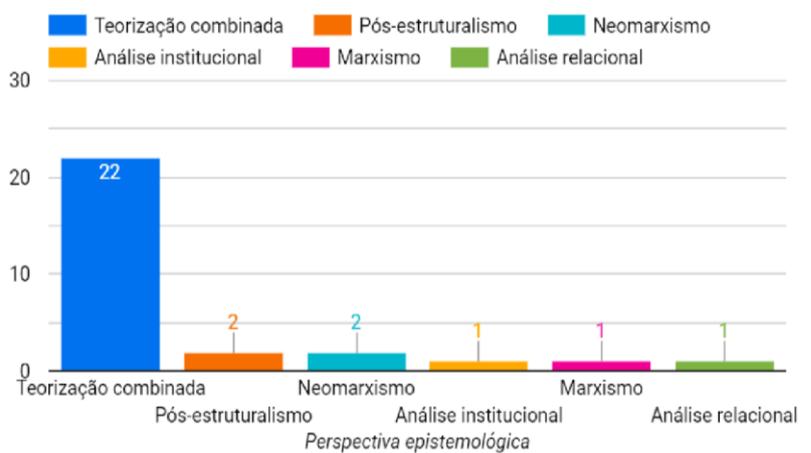
As duas perspectivas que seguem foram explicitadas e declaradas pelos autores, ancorados em referenciais específicos. A primeira dessas perspectivas é a análise institucional, definida em um artigo que pesquisou Ensino Superior (reforma curricular) apoiado, principalmente, nos estudos de René Lourau com contribuições de Antonio Gramsci. Outra situação similar a essa encontramos em um artigo que se dedicou a pesquisar a formação docente a partir da análise relacional. Assumida pelo autor, essa perspectiva foi fundamentada nos estudos de Michel Apple e de Kenneth M. Zeichner.

De modo predominante, classificamos os textos com referências fundamentais a Antonio Gramsci como pesquisas de perspectiva neomarxista, em que encontramos um total de dois artigos. Ambos pesquisaram a reforma educacional com a temática “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”. Com o pós-estruturalismo, foram relacionadas duas pesquisas, uma sobre reforma

educacional e trabalho docente e outra com o tema “Estrutura, organização, gestão educacional”. Os autores mais referenciados nessa perspectiva foram: Stephen Ball, Michel Foucault e Thomas Popkewitz.

A perspectiva mais recorrente foi a teorização combinada (Mainardes; Tello, 2016), que ocorre com o uso de diferentes perspectivas metodológicas em uma mesma pesquisa, de modo favorável às análises. Dos 29 artigos, 22 realizaram uma pesquisa com referenciais distintos entre si, culminando em uma teorização combinada. Os temas pesquisados com essa perspectiva foram: “Ensino Superior” (11 artigos); “Estrutura, organização, gestão educacional” (seis artigos); “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” (três artigos); e “Instrução/ensino” (dois artigos). As autorias citadas nos artigos são: Pierre Bourdieu, Paulo Freire, Diane Ravitch, Michael Apple, Boaventura de Sousa Santos, David Harvey, François Chesnais, Edgar Morin, Max Weber e outros importantes nomes, identificados com as mais variadas perspectivas. No Gráfico 5, estão representadas as perspectivas epistemológicas de maneira proporcional, em que a numeração representa a quantidade de artigos em que determinada perspectiva foi identificada.

Gráfico 5 – Perspectiva epistemológica



Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Os agentes do campo acadêmico da Política Educacional são influenciados por uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas e, conseqüentemente, de autores e correntes de pensamento que se complementam e auxiliam as reflexões propostas. Os autores de referência foram identificados como aqueles que tiveram três ou mais citações ao longo do artigo.

As duas referências mais citadas foram Antonio Gramsci e Luiz Antônio Cunha. O primeiro autor foi citado com recorrência nos anos de 2007, 2011 e 2017, e os temas discutidos foram “Ensino Superior” e “Ensino Médio e/ou Educação Profissional”. Também presente em quatro artigos foi a autoria de Luiz Antônio Cunha, citada em artigos publicados nos anos de 2002, 2004, 2005 e 2009, com os temas “Estrutura, organização, gestão educacional” e “Ensino Superior”.

Seis autores foram citados três ou mais vezes em três artigos: Paulo Roberto Corbucci, Michael Apple, Valdemar Sguissardi, Boaventura de Sousa Santos, Pierre Bourdieu e Nelson Cardoso Amaral. Paulo Roberto Corbucci, Valdemar Sguissardi e Nelson Cardoso Amaral foram citados em artigos sobre a temática “Ensino Superior”. Alguns desses textos compuseram dossiês/edições especiais sobre Ensino Superior, campo de estudo do qual esses autores fazem parte e são importantes referências. Compreendemos que esses artigos se caracterizam pelo uso da teorização combinada, pois os autores dos textos se basearam em pesquisas e em referências desenvolvidas pelos próprios pesquisadores do campo, de modo coerente e articulado.

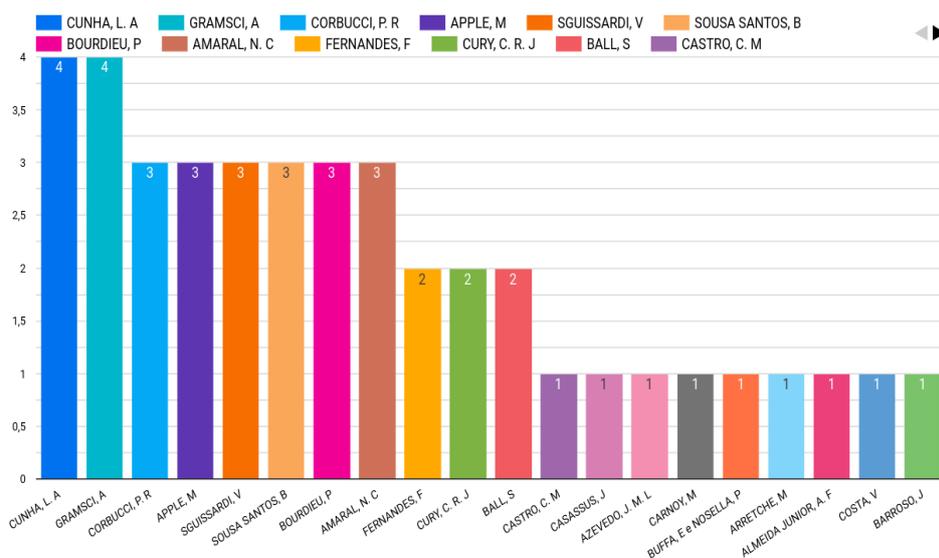
Pierre Bourdieu também foi citado de forma recorrente nos artigos que trataram da reforma no Ensino Superior. Dos três artigos que citaram três ou mais vezes esse autor, dois foram publicados em 2006 – e compuseram o dossiê/edição especial – e um foi publicado em 2009. Diferentemente dos autores citados anteriormente como importantes referências para o estudo do Ensino Superior no Brasil, Bourdieu está diretamente relacionado a uma perspectiva epistemológica ou escola filosófica clássica, no caso, o estruturalismo. Contudo, as citações a Bourdieu não determinam necessariamente o predomínio da análise estruturalista, haja vista a também recorrente utilização do referencial neomarxista e ainda maior predomínio de citações de autores do campo (teorização combinada).

De modo similar, analisamos o referencial de Boaventura de Sousa Santos. Utilizado em pesquisas sobre “Ensino Superior” (artigos publicados em 2005 e em 2006) e “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” (um artigo publicado em 2000), sua perspectiva é comumente associada ao pós-estruturalismo. Todavia, suas ideias não são utilizadas de modo isolado, tampouco apenas em articulação com outros autores identificados com a mesma perspectiva, pois Boaventura Sousa Santos e Pierre Bourdieu, por exemplo, foram referenciados com frequência em um mesmo texto.

O último autor referenciado com frequência em três artigos foi Michael Apple, cujos estudos demonstram a preocupação em transformar a escola e reduzir as desigualdades nela existentes. Michael Apple foi citado com frequência em artigos que discutem “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” (2000) e “Políticas de currículo”; “Formação docente” a partir da concepção de “modernização conservadora” (2008) e “Trabalho docente” (2009), com os conceitos de intensificação e autointensificação do trabalho docente. Como ressaltam Tello e Mainardes (2012), a perspectiva de Michael Apple pode ser classificada na perspectiva neomarxista. Para Silva (1999), a perspectiva de Apple é vinculada às chamadas teorias críticas do currículo.

Outras três referências foram citadas com frequência em dois artigos. O primeiro: Florestan Fernandes foi referenciado em pesquisas sobre “Ensino Superior” e sobre “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” (publicadas em 2009 e 2017, respectivamente). Autor associado à perspectiva marxista, Florestan Fernandes teve suas ideias associadas às de Pierre Bourdieu e Antonio Gramsci, além das articulações com pesquisadores do campo acadêmico da Política Educacional. O segundo: Carlos Roberto Jamil Cury, importante pesquisador e autor na área da Educação, teve frequentes citações em textos publicados nos anos de 2002 e de 2009, com os temas “Estrutura, organização, gestão educacional” e “Instrução/ensino”, respectivamente. O último autor com citações recorrentes em dois artigos foi Stephen Ball, com publicações nos anos de 2009 e 2011, sobre os temas “Ensino Médio e/ou Educação Profissional” e “Trabalho docente”. Neste último (sobre trabalho docente), foi identificada a perspectiva epistemológica pós-estruturalista, devido à ênfase dada à teoria foucaultiana nas análises propostas, a exemplo da centralidade do conceito de governamentalidade. Para uma visão geral das referências citadas nos artigos, o Gráfico 6 ilustra as 20 autorias mais citadas.

Gráfico 6 – Autores referência



Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

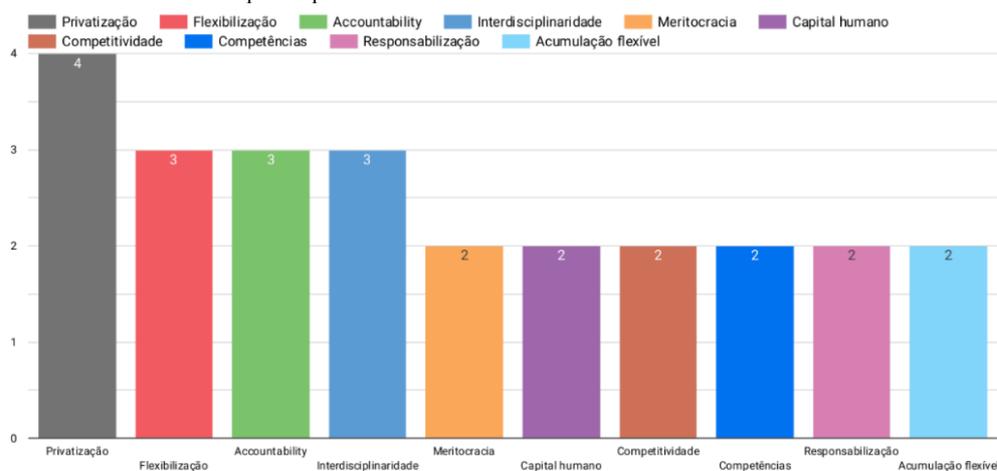
Denominamos conceitos principais aqueles termos cujos sentidos/significados a autoria do texto discorreu e problematizou de acordo com alguma perspectiva epistemológica. Dito isso, o conceito mais recorrente foi “Privatização” com destaque em quatro artigos. Privatização foi trabalhado em três artigos sobre “Ensino Superior” (um sobre a reforma na década de 1990 e dois sobre a reforma na década de 2000). O outro artigo em que apareceu esse conceito se dedicou ao estudo da reforma com o tema “Estrutura, organização, gestão educacional”, desenvolvida na década de 2000. Entre os dez conceitos mais citados, evidenciamos: “Flexibilização”, “Interdisciplinaridade”, “*Accountability*”, “Meritocracia”, “Capital humano”, “Competitividade”, “Competências”, “Responsabilização” e “Acumulação flexível”.

Ressaltamos que, em um dos artigos, “flexibilização” vem acompanhada da palavra “curricular”, formando o conceito de “Flexibilização curricular”, que foi empregado para o debate em torno da reforma do Ensino Superior em desenvolvimento na década de 1990. Evidenciamos, ainda, o conceito de “Autonomia”. Conquanto não tenha sido empregado com frequência, expressões similares foram destaque.

O termo “autonomia” sempre esteve acompanhado de outro termo, gerando um significado distinto para cada expressão. Em um mesmo artigo, foram explorados os conceitos de “Autonomia escolar”, “Autonomia”, “Autonomia decretada” e “Autonomia construída”. Cada expressão foi contabilizada uma vez, como conceitos diferentes. Trata-se de conceitos próximos, mas com significados distintos e auxiliares na compreensão do mesmo fenômeno.

Vale reiterarmos que, ao tratar de conceito, não estamos contabilizando o simples emprego da palavra, mas consideramos conceitos aquelas palavras/categorias/noções que foram problematizadas, definidas, explicadas pelos autores. Assim sendo, além desses conceitos que foram destaque em mais de um artigo, é importante citarmos outros conceitos pertinentes que foram menos recorrentes, problematizados em um texto, mas cuja relevância discursiva, política e teórico-metodológica é grande, a saber: “Avaliação”, “Democratização”, “Descentralização”, “*Empowerment*”, “Estado ampliado”, “Governamentalidade”, “Hibridismo”, “Humanidade” “Neotaylorismo”, “Massificação”, “Modernização conservadora”, “Mundialização”, “*New Public Management*”, “*Performanc*”, “Público” e “Regime de colaboração”. No Gráfico 7, é possível visualizar os 20 conceitos recorrentes em mais artigos.

Gráfico 7 – Conceitos principais



Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelas autoras.

Considerações finais

A nossa amostra de artigos revela uma tendência teórico-epistemológica no campo da Política Educacional brasileira no estudo da reforma e um comportamento das pesquisas sobre o tema. Antonio Gramsci foi o autor mais citado, o que, em articulação com outros referenciais neomarxistas/marxistas, demonstra uma grande tendência ao entendimento da reforma a partir de uma epistemologia do progresso. Todavia, a perspectiva epistemológica mais empregada nos artigos não foi a neomarxista, pois os referenciais teórico-epistemológicos empregados convergiram para um sincretismo entre os autores de diferentes matrizes, demonstrando a expansão do pluralismo metodológico (Mainardes, 2021) nas produções em Política Educacional, com foco nos artigos.

Os anos com maior concentração de publicação dos artigos da amostra foram 2007 e 2009. Nas vinculações institucionais dos autores dos periódicos, a região Sudeste também foi predominante, pois 19 das 38 autorias (metade das autorias) possuíam vínculo com instituições localizadas nessa região. O periódico com maior número de publicações foi a revista Educação & Sociedade com 22 artigos. Quanto ao tipo de mantenedor institucional predominante nos artigos, 25 das 38 autorias são vinculadas ao Poder Público Federal.

Quanto à abrangência das pesquisas, prevaleceu o foco nacional, isto é, a pesquisa de reformas educacionais desenvolvidas no território nacional sem a especificação de uma região, estado, município ou instituição. No que concerne ao tipo de pesquisa, predominou nos artigos o tipo documental (12 dos 29 artigos), seguido do tipo bibliográfico e documental (oito de 29 artigos). O foco temporal das reformas pesquisadas nos artigos também foi o período compreendido entre as décadas de 1990 e 2000, período de grande impulso reformista para a educação na América Latina.

O tema “Ensino Superior” também foi de grande relevância nos artigos, pois, dos 29 artigos, 12 investigaram a temática “Ensino Superior”, com ênfase nos anos de 2004 e de 2006. Todavia, destacamos que os três artigos de 2004 fizeram parte de um dossiê temático sobre “Ensino Superior”, enquanto dois dos três artigos publicados em 2006 também compuseram edição especial. Essa temática foi desenvolvida nos artigos, possivelmente devido a uma demanda da conjuntura das políticas e do campo científico da época. Os projetos de sociedade em disputa no

início da década de 2000 foram amplamente discutidos nesses artigos que retomaram os dilemas do Ensino Superior desde à década de 1968 em articulação com políticas transnacionais, como o Processo de Bolonha e suas reverberações no Brasil, com o asseveramento da privatização do Ensino Superior e a mercantilização do conhecimento.

Encontramos trabalhos em que os/as pesquisadores/as não explicitaram sua posição epistemológica, talvez porque consideram que o seu posicionamento está claro. Com esse entendimento, o/a pesquisador/a pode não revisar ou explicitar seus postulados epistemológicos e até mesmo fazer articulações com matrizes epistemológicas opostas ou muito distantes umas das outras. Em uma das pesquisas que analisamos, foi assumida uma perspectiva “histórico-crítica”, cuja principal referência foi Thomas Popkewitz (1997). Esse mesmo autor também foi inspirador para o método da “dialética da desqualificação”, que orientou a empiria desenvolvida em outra pesquisa.

Em suma, as epistemologias de reforma e as perspectivas epistemológicas presentes nos artigos se aproximam, pela frequência do uso de referenciais marxistas/neomarxistas, do que entendemos como epistemologia progressista da reforma. Também, de maneira recorrente, foram identificadas referências associadas ao pós-estruturalismo (Michel Foucault, Jacques Derrida, Stephen Ball, Thomas Popkewitz, Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin, Zygmunt Bauman, Gilles Deleuze e Félix Guattari, por exemplo). Todavia, essa matriz epistemológica não é assumida pelos autores dos artigos. Essas duas matrizes epistemológicas (neomarxista/marxista e pós-estruturalista) se destacam nas pesquisas de nossa amostra. Entretanto, a primeira se apresenta de modo explícito, e a segunda, de forma implícita. O que isso representa para a compreensão do campo da política educacional é tema para a continuidade dos estudos.

Referências

BASTOS, R. F. **Reforma educacional nas pesquisas do campo da Política Educacional no Brasil (2000-2017)**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis N^{os} 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 35, p. 1-3, 17 fev. 2017.

BRASIL. Medida Provisória N^o 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: edição extra, seção 1, Brasília, DF, n. 184-A, p. 1-2, 23 set. 2016.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006.

CHARLOT, B. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400003>

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230034, p. 1-20, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230034>

MAINARDES, J. A metapesquisa no campo da política educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. In: MAINARDES, J. (org.). **Metapesquisa no campo da política educacional**. Curitiba: CRV, 2021. p. 19-43

MAINARDES, J.; TELLO, C. A pesquisa no campo da política educacional: explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. **Education Policy Analysis Archives**, [s. l.], v. 24, n. 75, p. 1-17, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2331>

POPKEWITZ, T. S. **Reforma educacional**: uma política sociológica. Poder e conhecimento em educação. Tradução: Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SAVIANI, D. Epistemologia e teorias da educação no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 15-27, jan./abr. 2016.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: Debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y pos-estructuralista. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, [s. l.], v. 20, n. 9, p. 1-37, 2012. DOI: <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/988>

TELLO, C; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i1.0007>

Recebido em 25/06/2023

Versão corrigida recebida em 13/08/2023

Aceito em 14/08/2023

Publicado online em 27/08/2023